



## **Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho do Desenvolvimento Rural e da Pesca**

### **Pauta:**

- Eleição da mesa diretora (Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário);
- Apresentação da equipe da Diretoria de Agricultura e Pesca;
- Apresentação dos Convênios vigentes na Diretoria de Agricultura e Pesca;
- Definição do calendário anual do Conselho; e,
- Demais assuntos pertinentes trazidos pelos conselheiros.

Aos dezoito dias de março do ano de dois mil e vinte e cinco estiveram presentes na sede da Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca à Rua Santos Dumont nº 502, Centro, Caraguatatuba, os conselheiros do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e da Pesca para tratar da pauta definida.

Deu-se início às 15h07min a reunião com explanação do Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, Sr. Auracy sobre a importância do Conselho e suas prerrogativas. Dando sequência, membros da sociedade civil organizada de instituições ligadas, tanto a agropecuária quanto à pesca, expuseram que antes o Conselho era presidido por representantes destes setores de maneira alternada, o que vai de encontro ao Regimento do Conselho, aprovado pelo Decreto nº 269 de 2015, conforme explicado para o Sr. Luís Eduardo. A Sra. Ana Carolina, então, abriu votação, primeiramente, para apurar sobre uma revisão do Regimento. Aprovada por maioria. Após, abriu-se nova votação para apurar sobre revisão futura. Aprovada por maioria e, como encaminhamento, o Sr. Luís Eduardo irá enviar o Decreto que aprovou o Regimento aos conselheiros para apreciação e sugestões de alterações, que serão tratadas noutro momento.

Assim, conforme Regimento, o Sr. Auracy (titular) e a Sra. Ana Carolina (suplente) foram nomeados Presidentes do Conselho. Após, foi realizada votação para o cargo de Vice-Presidente, tendo sido escolhidos a Sra. Graziela (titular) e o Sr. Zé Luiz (suplente), para o cargo. Na sequência abriu-se votação para os cargos de 1º e 2º Secretários do Conselho, tendo sido eleitos os Srs. Luís Eduardo e Cláudia, respectivamente.

Definida a mesa diretora a reunião prosseguiu com a apresentação do Sr. Luís Eduardo da equipe da Diretoria de Agricultura e Pesca, explicando as prerrogativas e atribuições de cada funcionário do setor.

Após, foi apresentado o Decreto 2.095 de 2025, explicando que se abriu a possibilidade da doação de mudas para produtores rurais de Caraguatatuba em propriedades inseridas dentro do território municipal. Foi explicada a forma de se realizar a solicitação e as regras observadas para deferimento. O Sr. César perguntou quais espécies estavam disponíveis para doação. O Sr. Zé Luiz falou sobre fazer uma



solicitação para plantio em Área de Preservação Permanente inserida em área pública, com o apoio da Secretaria de Urbanismo para realização do plantio e manejo, com fornecimento de mão de obra. E o Sr. Luís Eduardo instruiu a abertura do processo.

Em seguida, com a palavra, a Sra. Ana Carolina explica sobre os convênios nº 949498/2023 e 948953/2023 junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura. Explica sobre as atualizações dos planos de trabalho desses convênios para que contemplem a realidade local. O Sr. Zé Luiz questiona se o convênio que irá ceder as embarcações à Prefeitura não poderia ser atualizado para embarcações de fibra. A Sra. Ana Carolina responde informando que essas embarcações ficarão sob responsabilidade única e exclusiva da Secretaria e que o Sr. Prefeito preferiu embarcações que pudessem ser utilizadas em caso de eventos climáticos extremos, emergencialmente.

Prosseguindo, o Sr. Luís Eduardo explanou sobre o convênio de fortalecimento da maricultura, que cedeu uma camionete para consecução dos objetivos. Reforçou sobre a utilização do veículo pelos maricultores e informou sobre a necessidade de agendamento prévio.

Na sequência a Sra. Cláudia explicou sobre o convênio junto ao Governo do Estado para o endereçamento rural, que irá possibilitar o georreferenciamento das propriedades rurais e facilidade de acesso a serviços públicos essenciais. O Sr. Gilberto complementou dizendo que o sistema é integrado ao da Polícia Militar e que, em caso de necessidade, apenas informar o código de sua propriedade é o suficiente para identificar com precisão e rapidez a localidade da propriedade.

Sra. Cláudia informa também sobre a adesão do município ao programa Município Agro, do Governo do Estado, dizendo se tratar de um ranking atrelado ao desenvolvimento e registro de ações para pleitear verbas para fortalecimento da agropecuária no município. O Sr. Gilberto explicou que há a possibilidade de adesão ao CEDROS para cooperação técnica e compartilhamento de equipamentos entre Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado e Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, encurtando o caminho em relação ao Município Agro, que somente permite tal cooperação após participação por um ano completo.

Por fim, informa sobre a data da realização dos cursos de produção de shiitake e administração rural, ofertados pelo SENAR em parceria com a municipalidade e sem quaisquer custos para os produtores rurais do município. O Sr. José Luiz pergunta se há a possibilidade de ofertar o curso de “mexilhões defumados” que, no passado, fora ofertado. O Sr. Gilberto e Sra. Cláudia, como encaminhamento, se comprometeram a entrar em contato com o SENAR para verificar a oferta de cursos.

A Sra. Júlia perguntou sobre os contratos da alimentação escolar para fornecimento de gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores familiares. O Sr. Manoel informou que os agricultores podem tirar dúvidas diretamente com o setor de alimentação escolar da Secretaria de Educação e a Sra. Rafaela informou que os contratos devem estar prontos até o final do mês de março para assinatura. A Sra. Júlia colocou a necessidade de rapidez na formulação dos contratos e início das



entregas para não haver perdas na produção e, como encaminhamento, o Sr. Manoel ficou de acertar os detalhes contratuais e operacionais junto à Secretaria de Educação para evitar as perdas de produção.

Dando continuidade a Sra. Helena propôs a volta das câmaras técnicas para tratar, separadamente, assuntos do Setor pesqueiro e agropecuário. O Sr. Auracy pontuou que a criação de câmaras técnicas atrelaria a necessidade de reuniões periódicas e que o ideal seria solicitar reuniões extraordinárias do Conselho para tratar de assuntos específicos por Setor. Os representantes dos Setores de pesca e agricultura concordaram dizendo que solicitariam à Secretaria pautas específicas quando necessário fosse.

Após, a Sra. Júlia propôs que o serviço de Patrulha Agrícola pudesse ser disponibilizado o maquinário com a possibilidade de indicação de operador que não fosse funcionário público, e o Sr. Auracy propôs que o maquinário que vá a ser operado por pessoal que não seja funcionário público, seja emprestado mediante Termo de Responsabilidade ou Termo de Cooperação com a Associação de Agricultores Familiares de Caraguatatuba.

Por fim os representantes da Primeira Associação do Distrito de Porto Novo protocolaram o Ofício 13/2025 encaminhando três propostas de projetos a serem implementados no município.

Sendo o que havia a ser tratado para a ocasião o Sr. Auracy, Presidente do Conselho, encerrou a reunião às 17h35min e eu, Luís Eduardo Duarte Fernandes, 1º Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que foi assinada por mim e por todos conforme lista de presença anexa.

Caraguatatuba, 19 de março de 2025.

